

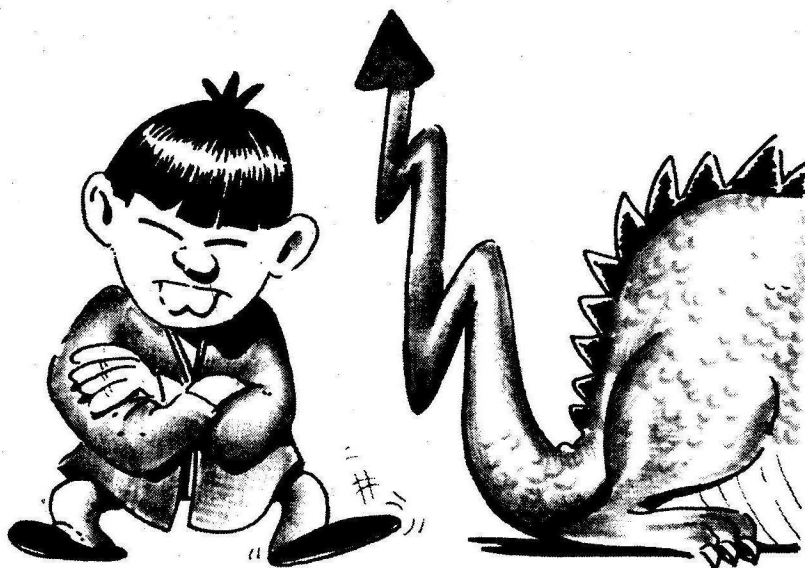
Japão quer solução para dívida antes de investir no Brasil

SILVIA FARIA
Enviada especial

TÓQUIO — As principais inquietações do governo e das empresas japonesas (que no Japão são agentes interdependentes) em relação ao Brasil são o elevado índice de inflação, a reserva de mercado para empresas nacionais e o tumultuado processo de transição democrática que, na visão japonesa, deve terminar com o final da elaboração da nova Constituição. Esse é o resumo da análise que o Diretor da Divisão de América Latina e Caribe, do Ministério das Relações Exteriores do Japão, Yubun Narita, fez para O GLOBO.

Narita disse que o governo japonês vai colaborar no processo da recuperação da economia brasileira através dos recursos do Fundo Nakasone, apesar de ter apenas US\$ 3 bilhões para aplicar na América Latina até o final de 1989. Será atribuída prioridade a projetos de investimentos que permitam maior geração de divisas, para que o Brasil possa normalizar o pagamento de sua dívida externa; possibilitem a redução das importações brasileiras; permitam superar alguns pontos de estrangulamento para o desenvolvimento da economia interna (por exemplo, expansão do setor de energia elétrica); e desenvolvam a infraestrutura industrial do País.

O governo japonês pode antecipar-se ao acordo do Brasil para a rolagem de sua dívida junto ao Clube de Paris, analisando projetos de financiamento. Mas o dinheiro só será desembolsado quando os acordos com os bancos privados, FMI e Clube de Paris estiverem assinados. Narita disse que o Governo brasileiro



enviou, em maio último, projetos para análise das autoridades japonesas, mas “faltam dados técnicos sobre a viabilidade econômica”.

Ele afirmou também que o governo japonês considera que a economia brasileira está na direção certa, depois da preocupação causada pela moratória e o plano econômico da gestão Dilson Funaro: “Analisamos e expressamos ao Ministro Nóbrega nossa intenção de cooperar”. E apresentou as condições: se não houver solução para a dívida, privada e oficial, não haverá investimento externo. E sem ele, afirma Narita, não haverá desenvolvimento econômico.

E com grande expectativa que o governo japonês aguarda os resultados da Constituinte e do programa de privatização das empresas estatais brasileiras. Como foi feito um programa nestes moldes no Japão,

há cerca de um ano, o empresariado e o governo japonês acreditam que a privatização é um dos pontos de maior importância para viabilizar a redução do déficit público. No Japão, o governo privatizou grandes empresas no setor de telecomunicações, transporte aéreo, ferroviário e de tabacaria, com resultados relevantes para o consumidor e para as empresas. O lucro aumentou, os preços ao consumidor dos serviços foram reduzidos e as ações das empresas valorizaram-se na bolsa.

Narita disse que, até a década de 70, o Japão mantinha um dinâmico processo de cooperação econômica com a América Latina. No entanto, a crise econômica dos países latino-americanos endividados afastou os interesses japoneses. Ele não escondeu que agora estes países perderam considerável importância, dentro das

prioridades da diplomacia japonesa: em primeiro lugar vêm os Estados Unidos, país com o qual o Japão mantém o mais intenso intercâmbio comercial e financeiro; depois, os países da Ásia, pela proximidade e fluxos migratórios, além do capital; em terceiro lugar vêm os países europeus, por formarem a terceira potência econômica; e só depois há lugar para os países latino-americanos. Estes, no entanto, contam com a vantagem de não sustentarem nenhum problema político ou contencioso econômico com o Japão.

Pelas dificuldades apontadas, o governo japonês vê com certa reserva a possibilidade de crescimento da economias da América Latina. No entanto, sabe que, devido às potencialidades da região, onde o Brasil é o líder, segundo Narita, não pode ignorá-la. A longo prazo, a América Latina será uma potência “e teremos que nos relacionar”, ponderou ele.

Uma das vantagens oferecidas pelo Brasil, segundo o Diretor do Ministério do Exterior do Japão, é a mão-de-obra barata. Ela compensaria até mesmo o atraso tecnológico brasileiro, dentro do processo de automação industrial. Segundo ele, a automação, no Japão, foi provocada pelo encarecimento enorme da mão-de-obra. No caso de investimentos industriais no Brasil, este problema não existiria.

Já as restrições para a importação de peças e componentes — que poderão mudar com a nova política industrial — por empresas japonesas que viessem a instalar-se no Brasil são vistas como um obstáculo. O mesmo diz Narita da inflação de 600% ao ano. “Estamos acostumados com uma inflação de 1% ao ano, não temos know-how para entender a aceleração inflacionária.”